

## Perspectivas políticas e pedagógicas de educação para a diversidade

*Perspectivas políticas y pedagógicas de educación para la diversidad*

*Political and pedagogical perspectives on education for diversity*

Jaciara de Sá Carvalho  
Universidade Estácio de Sá - PPGE  
jaciara.carvalho@estacio.br  
<https://orcid.org/0000-0003-1497-3930>

Este número temático é publicado em meio a um contexto de pandemia jamais imaginado por nós quando o definimos. Estaríamos vivendo um marcador histórico, mesmo que não o tenhamos percebido, atordoados por tantos enfrentamentos e ressignificações que se fazem necessários. A pandemia apontaria o fim do século XX, pois a virada de século não significa, de fato, seu fim. Como sugere a historiadora e antropóloga Lila Schwarcz, “a experiência humana é que constrói o tempo”<sup>1</sup>. Que tempos estariam por vir?

Talvez hoje tenhamos que admitir, se já não o fizemos, que pertencemos todos a uma única morada e, por mais que sejam construídos muros e políticas excludentes, há circunstâncias que nos aproximam – no caso, viver ou morrer. Embora possamos considerar que estamos *juntos nessa*, seria imprescindível identificar a singularidade de cada contexto, de seus sujeitos e vivências.

Nessa linha, embora esta edição temática da *Revista Educação e Cultura Contemporânea* não tenha sido pensada para os impactos do COVID-19, sua

---

<sup>1</sup> Schwarcz analisa, em entrevista para Brandalise e Rovani (2020), os primeiros cem dias de pandemia desde a comunicação do então “vírus desconhecido” à Organização Mundial de Saúde.

publicação acaba sendo oportuna, no qual as preocupações se voltam, com razão, para o reconhecimento e valorização do *coletivo*. Entretanto, o foco no coletivo pode *invisibilizar* ainda mais singularidades que já precisavam de evidência.

O número *Perspectivas políticas e pedagógicas de educação para a diversidade*, assim, apresenta artigos e entrevista desenvolvidos para três seções temáticas específicas, atendendo às chamadas elaboradas por seus editores e passando pelo processo de avaliação como as submissões de demanda contínua. As seções são as seguintes:

1. Educação para Jovens e Adultos em situação de restrição e privação de liberdade na América do Sul.
2. Educação geográfica e lugares amazônicos.
3. Educação e(m) terreiros.

No Sumário, os trabalhos aprovados foram listados seguindo esta ordem de seções, sem subtítulos que os discriminem. Formam o *coletivo* deste temático de três subtemas, iniciado por discussões sobre *educação em situação de restrição e privação de liberdade*, que recebeu mais de quarenta submissões, e, por isso, parte dos aprovados terá que compor outra edição, a ser publicada em 2021. Novamente, e infelizmente, são tempos de acirramento de discursos/ações conservadoras e reacionárias, que exigem a reafirmação de direitos desses sujeitos, também, e da própria democracia, tão maltratados.

O recebimento de trabalhos em todos os eixos superou nossa expectativa. E, em um esforço de publicação durante a pandemia, esta edição divulga 28 deles, mais do que a média (dezoito) dos últimos números. São discussões cuja relevância é apontada a seguir, pelos editores das seções. Agradecemos muito a eles pela parceria! Mas também não podemos deixar de agradecer aos demais que tornaram este número 48 possível: autores, avaliadores e à dedicada Equipe REEDUC.

## Educação para Jovens e Adultos em situação de restrição e privação de liberdade na América do Sul

Ana Cláudia Ferreira Godinho  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
anaclaudia.godinho@gmail.com  
<http://orcid.org/0000-0002-4655-5875>

Elionaldo Fernandes Julião  
Universidade Federal Fluminense  
elionaldoj@yahoo.com.br  
<http://orcid.org/0000-0003-4772-6231>

Fabiana de Moura Maia Rodrigues  
Universidade Federal Fluminense  
fmaiarodrigues@hotmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-4987-2737>

A educação vem sendo compreendida como condição indispensável à vida digna dos sujeitos jovens e adultos em contextos de restrição e privação de liberdade. É, portanto, reconhecida como direito humano fundamental e subjetivo e dever do Estado.

Os estudos sobre o tema destacam o papel dos sistemas prisional e socioeducativo na sociedade contemporânea, principalmente para a garantia de direitos fundamentais destes sujeitos previstos em tratados internacionais.

Atualmente, o debate político ressalta a necessidade de políticas de segurança pública mais rígidas, inspiradas no modelo estadunidense, conhecido como Tolerância Zero. Ao analisar o tema, Wacquant (2011; 2007) sinaliza a adoção deste modelo na América Latina e na Europa Ocidental, destacando a criação de um senso comum sobre a necessidade de endurecimento das políticas de segurança e encarceramento. Essas medidas, na verdade, mascaram, conforme o autor, um processo de segregação e criminalização dos pobres, decorrente da precarização do trabalho, do desemprego estrutural e do enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social em prol da auto(des)regulação do mercado, condições previstas e desejadas pelo neoliberalismo.

Diante da criminalização dos pobres (WACQUANT, 2011), as políticas de educação nos contextos de restrição e de privação de liberdade têm inúmeros

desafios e impasses. Além das dificuldades comuns à educação pública em geral - escassez de recursos, desvalorização dos educadores e fragilidade das políticas de governo, por exemplo -, as políticas educacionais voltadas para os espaços de privação e restrição de liberdade enfrentam um processo de deslegitimação por setores conservadores da sociedade, que acusam qualquer ação em defesa dos direitos humanos de beneficiar “bandidos”, associados ao Mal, segundo uma lógica maniqueísta de leitura do mundo.

Nesse contexto, a educação vive um acirramento da tensão entre a garantia do direito e a omissão do Poder Público respaldada (até exigida) por uma parte significativa da população. Por isso, refletir sobre a educação de jovens e adultos em situação de privação ou restrição de liberdade é tão importante hoje para visibilizar experiências educativas e pesquisas que permitam confrontar afirmações conservadoras sobre o direito à educação e os direitos humanos.

No âmbito das políticas públicas de educação em prisões, pesquisadoras e pesquisadores brasileiros produziram reflexões importantes nos últimos anos (ONOFRE, JULIÃO, 2013; JULIÃO, 2016; 2017), que dizem respeito aos avanços da legislação no que se refere ao reconhecimento deste direito e, ao mesmo tempo, o descompasso entre os marcos legais e os marcos operacionais sua efetiva garantia.

A análise do direito à educação, no âmbito internacional, infelizmente, não apresenta resultados mais positivos: assim como a legislação brasileira não encontra ressonância na operacionalização dos direitos no tratamento penal, tampouco isso acontece em outros países signatários de acordos internacionais, como as Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos, da ONU, conforme indica a análise de Muñoz (2011) acerca dos obstáculos institucionais e internos da educação nas prisões. Como a educação de jovens e adultos em situação de privação ou restrição de liberdade lida com esses impasses é uma das análises que esta seção se propõe apresentar. Embora venha ganhando espaço no debate acadêmico, existem ainda muitas lacunas na produção de conhecimento e precisamos avançar no debate, principalmente na área da Educação.

Visando contribuir com essa discussão sobre educação, justiça, violência, criminalidade, direitos humanos e políticas de restrição e privação de liberdade, a

seção temática reúne artigos, resultados de pesquisas sobre experiências de políticas educativas escolares e não escolares em contextos de restrição e privação de liberdade. Em linhas gerais, tem como objetivo contribuir com o debate sobre os avanços e impasses da política de educação implementada nos sistemas prisional e socioeducativo do Brasil e de outros países da América do Sul.

Sem sombra de dúvida, esta publicação possibilita maior divulgação científica e articulação de pesquisas em rede. Tal articulação é de extrema relevância para a ampliação da leitura crítica sobre o direito à educação e a violação deste direito como um problema comum, que exige da Academia a definição de uma agenda comum de estudos e reflexões sobre o tema.

## Educação geográfica e lugares amazônicos

Wallace Wagner Rodrigues Pantoja  
SEDUC-PA/GEAF-UnB/PPGEO-UFPA  
demithri@yahoo.com.br  
<https://orcid.org/0000-0002-5605-2171>

Hugo de Carvalho Sobrinho  
SEEDF-DF/GEAF-UnB/POSGEA-UnB  
hugo.carvalhosobrinho@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-0995-9763>

A Educação é um fenômeno universal, concretiza-se nos diferentes lugares como criação possível de saberes através do diálogo entre os sujeitos e sua ambiência, provocando abertura ao novo e ao mundo. É experiência sensível, simbólica e emocional.

Na Amazônia, porém, não é incomum que a reflexão educativa e a educação geográfica sejam marcadas pela padronização de experiências, prescrição de documentos e metodologias universalizáveis. Frente a esta abordagem, propomos a seção temática, já que há emergência de pesquisas sensíveis às relações singulares no ato de educar, em lugares de rios principais e vicinais, interiores e metrópoles, aldeias e quilombos, ilhas e periferias urbanas. Pesquisas que não

tomam tais contextos como meros exemplos de processos gerais, mas dotados de valor por si, apostando nas *resistências*<sup>2</sup> que irrompem outro fazer-saber.

Procuramos destacar o calor dos lugares e as formas de educação geográfica e sua geograficidade<sup>3</sup> – o modo de ser dos amazônicos com sua terra e rio, sua morada e destino, uma potência criativa, recriando modos com os quais nos acostumamos a reproduzir o processo educativo. Trata-se de não só adaptar ou replicar metodologias, mas inventar e enfrentar caminhos próprios que são a marca (e podem ser matriz) de aprendizados quase insuspeitos no debate nacional.

Lugares amazônicos são *o onde em que o corpo se conecta com o mundo e com o outro* e, assim, tal conexidade reticula fazer-saberes, para alguns completamente novos, mesmo que enraizados no passado quase imemorial em certos casos. Não é apenas visibilizar estudos de casos, e sim compreender que esta *diferencialidade* sacode nossa geografia ensinável; não raro, uma geografia desincorporada do *onde* a educação acontece. Não significa fechamento ao mundo num tipo de regionalismo localizado – é possível estar fora da Amazônia e *lugarizar-se* amazonicamente – porém, abertura não submissa, não colonizada, que ousa criar o futuro da educação desde a Amazônia.

O artigo “Grafismo corporal indígena: tecendo memórias Tucuns”, de Lia Fialho, Joselma Silva, Edith Ferreira tece a memória pelos grafismos como formação do saber comum no corpo, fonte de significados ritualizados. Marcelo Pureza problematiza “O ensino de geografia na educação escolar indígena”, reforçando a horizontalidade dos conteúdos na direção do fortalecimento do saber próprio indígena e de uma escola diferenciada como fonte primeira de geografias ensináveis.

Em “Educação na pajelança: saberes ancestrais e pedagogia decolonial na Amazônia”, Thaís Nogueira e Maria Albuquerque *trajetam* por espaços outros de educação que não a escola: terreiros, rios, tematizando até sujeitos não humanos na aprendizagem do Pajé em uma ilha de Colares, no Pará. Felipe da Silva também

---

<sup>2</sup> O termo “r-existência”, de Carlos Valter P. Gonçalves, diz respeito aos coletivos que fazem da sua existência uma resistência às imposições da hegemonia socioambientalmente destrutiva. Grafamos diferente porque acentuamos a dimensão subjetivo-corporal dos sujeitos.

<sup>3</sup> Geograficidade é um fenômeno existencial apontado por Eric Dardel no livro “O Homem e a Terra” (2011[1957]).

mobiliza experiências não-escolares dos ribeirinhos de Muaná (Pará), em “Educação geográfica entre o rio e a floresta: experiências em uma comunidade ribeirinha na Amazônia-Marajoara (Pará)”, evocando a geopoética do lugar que se corporifica em engajamento no mundo, faz aparecer o habitar como central à educação.

Carlos Neto, Rosy Soares e Monica de Castro apostam no trabalho docente em situação de fronteira, no Oiaopoque (Amapá), onde diferentes culturas em relação desafiam o docente a partir daquele chão plural, apresentando uma “Educação em região de fronteira amazônica: representações sociais do trabalho docente na diversidade cultural”. Já Edla Caldas, Elenice Onofre e Sandra Riscal se inspiram nos interiores profundos no artigo “Lâmpada e lamparina: o diálogo entre saberes e a contribuição para a pesquisa em educação na Amazônia brasileira”, demonstrando como a separabilidade de saberes modernos e tradicionais provoca a colonização do pensar e do agir se não há sua articulação sem hierarquia.

Luiz Mendes ensaia seu comprometimento com a Amazônica negra, indígena e ribeirinha, ainda não realizada nos currículos, em “O lugar da diversidade no ensino de geografia da Amazônia, via pensamento decolonial”. Débora Mendes, Eliane da Silva e Marlo dos Reis reafirmam a cartografia da Amazônia no texto “Cartografia Social como metodologia para formação de professores do campo: uma experiência a partir do Arquipélago do Bailique”, resultado do projeto de formação de professores “Escola da Terra, Águas e Floresta” no Amapá.

Contribuições empíricas, teóricas e de revisão, fazendo dos lugares amazônicos um campo de criação heterotópica de alternativas à educação brasileira, começam a ganhar corpo e sentido. Este é o nosso convite.

## Educação e(m) terreiros

Alexandre de Oliveira Fernandes  
Instituto Federal da Bahia  
alexandre.pro@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-1556-4373>

Stela Guedes Caputo  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
stelaguedescaputo@hotmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-0133-3301>

Kiusan Regina de Oliveira  
Ôsíbátà Produções  
kiusam.oliveira@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-7606-8691>

Os terreiros no Brasil são espaço-tempos de conhecimentos, educação e resistências. Para além da religião, asseguram a continuação e ressignificação de culturas trazidas por africanos e africanas arrancados de seu continente pela escravização. Por isso, organizamos a seção temática “Educação e (m) terreiros”, reunindo dez abordagens bastante plurais. O artigo de Stela Guedes Caputo abre a seção com os “Estudos com Crianças de Terreiros”, que especificamente se referem às investigações que priorizam as crianças de terreiros como sujeitos de pesquisa, refletindo com suas práticas e modos de significar o mundo. O texto de Wanderson Flor do Nascimento e Denise Botelho aborda os terreiros de candomblé além da dimensão religiosa, como espaços de construção de resistências a múltiplos processos opressivos constituídos na Modernidade. Já o trabalho de Eduardo Quintana reflete sobre os processos de socialização nas religiões de matriz africana, em especial, o candomblé.

As experiências de mulheres do “Nzo Kwa Minkisi Nkasuté Ye Kitembu”, terreiro situado na zona rural de Valença (Bahia) foi o tema do texto de Ana Cristina Nascimento Givigi. Os aspectos educativos da Festa do Divino Espírito Santo, na Casa das Minas, em São Luiz do Maranhão, foram objeto de reflexão desenvolvida por Edvaldo Costa Rodrigues. Já o artigo de Francisco José Pegado Abílio, Maria Conceição Silva e Dayane Santos Silva analisa as compreensões e usos de adeptos de candomblé em suas práticas na natureza em dois terreiros de Pernambuco.

Dandara Rodrigues e Luís Henrique Sachi dos Santos tratam dos modos de ensinar e aprender por meio de preparativos ritualísticos em um terreiro no Rio Grande do Sul. O texto de Renato Nogueira e Luciana Pires Alves apresenta os



subsídios filosóficos das Zonas de Emergências de Infância nos terreiros. E André de Jesus Lima e Joceneide Cunha dos Santos escreveram sobre a visibilidade da mulher negra nos terreiros e como a figura sacerdotal feminina rompe com barreiras de colonização e subalternidade.

Por fim, embora à parte, mas compondo a seção temática “Educação e(m) terreiros”, Alexandre Oliveira Fernandes e Ana Caroline da Silva Santos apresentam uma entrevista realizada com Eduardo Davi Oliveira (UFBA) sobre temas como ancestralidade, racismo, educação, corporeidade, mitologia, entre outras questões.

## Referências

BRANDALISE, Camila; ROVANI, Andressa. **100 dias que mudaram o mundo: Para historiadora Lilia Schwarcz, pandemia marca fim do século 20 e indica os limites da tecnologia.** Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/coronavirus-100-dias-que-mudaram-o-mundo/#tematico-7>. Acesso em 22 abr. 2020.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Educação da ou na prisão. **Cadernos CEDES**, São Paulo, v. 36, p. 25-42, 2016.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Os sujeitos da educação de jovens e adultos: questões sobre a diversidade. In: SILVA, A. M. M.; COSTA, G. S.; LIMA, I. M. S. O. **Diálogos sobre a educação em direitos humanos e a formação de jovens e adultos.** Salvador: EDUFBA, 2017.

MUÑOZ, Vernor. O direito à educação das pessoas privadas de liberdade. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 86, p. 57-74, nov. 2011.

ONOFRE, Elenice; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013.

WACQUANT, Löic. *Punir os pobres - a nova gestão da miséria nos Estados Unidos.* 3 ed. **revista e ampliada.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WACQUANT, Löic. **Os condenados da cidade.** Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2011.

Licença *Creative Commons* – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)